

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS
JOSÉ FERNANDO DA SILVA LOPES

PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

Início e saída do MPSP: 15/10/1965 a 09/03/1991

APMP: Porque o senhor escolheu ser promotor de Justiça?

Eu sou natural de Araraquara, uma cidade tradicional no centro do Estado de SP, e, eu fiz a minha vida estudantil: grupo, ginásio, colégio – ingressei no vestibular na Faculdade de Direito no largo São Francisco, vim para São Paulo, onde cursei a faculdade de Direito até a colação de grau em 1964. O meu projeto de vida era terminar o curso, abrir a minha banca de advogado em Araraquara, prosseguir nos estudos e iniciar a minha carreira política. Porque eu tinha uma grande, não digo vocação, mas uma vontade de servir. Acontece que o ano da minha formatura (1964) coincidiu com a quebra da ordem jurídica, com o golpe militar, então a perspectiva de um futuro político, principalmente para alguém que cultivava o estado de direito democrático ficou muito difícil. A gente percebia claramente, eu já formado, com a minha carteira provisória de advogado, a gente sentia dia-a-dia profissional como era difícil para um advogado trabalhar. Porque haviam prisões absolutamente irregulares, os presos, geralmente estudantes, eram mocoados, a expressão moco: eles trocavam de lugar para não saber onde estava, e o advogado ficava com o habeas corpus itinerante e a polícia negando que aquela pessoa estivesse preso. Então, em dois ou três meses de começo de exercício profissional eu já percebi que o meu projeto de vida tinha que mudar. Que a perspectiva estava muito difícil para exercer a democracia, principalmente com os valores ético-jurídicos que a gente aprendia na faculdade de direito de SP. Eu tinha 23 para 24 anos e não tinha outra alternativa a não ser o concurso público, e não era todo concurso público que eu podia prestar: para o poder judiciário a idade mínima era 25, para procurador do Estado não existia carreira, simplesmente eram nomeações, tipo sinecura que dependia de participação ou

influência política. A única instituição que oferecia uma oportunidade para os jovens bacharéis era o Ministério Público. Eu vim com a cara e a coragem. Tinha uma banca de advocacia: eu fiquei tão horrorizado com a violência política que eu fui advogar na área trabalhista para um sindicato na cidade de Guariba, próxima de Araraquara. Vim sem lenço, sem documento, sem parente importante e prestei concurso para o MP. Lembro que fui muito bem recebido. Lembro dos examinadores: doutor Luciano Marques Leite, doutor Gilberto Quintanilha Ribeiro, doutor Roberto Guliotti, doutor Ronoel Carneiro, sob a presidência o doutor João Gomes da Silva, já que o procurador-geral, doutor Mário Mouro, dizia que não tinha paciência para ouvir bacharel contar caso. Fiz o concurso, proclamou o resultado e eu fui classificado em nono lugar, entre vinte. Naquele tempo o máximo que se admitia era vinte por concurso era vinte. Só que a lista ia os vinte primeiros mais dois, para formando uma lista de 22, a lista tríplice, para que o governador escolhesse quem ele quisesse. Proclamou o resultado, eu estava lá com a minha noiva, e chegou o doutor Santana, que era chefe de gabinete do procurador-geral, chamou de lado e disse: - se dirija a sala tal...imediatamente. Eu pedi licença para a minha noiva, fui para lá, entramos na sala e vi que os meus colegas aprovados estavam lá, e, o doutor Mario Moura, com aquele jeitão dele entrou e disse:

-Olha, os senhores estão de parabéns, sejam bem vindos ao MPSP, os que estão aqui foram os que estão aprovados, os vinte primeiros colocados. Mas, a banca me aprontou uma safadeza, colocou como vigésimo primeiro o filho do secretário da justiça e colocou como vigésimo segundo o sobrinho de Dom Davi Picão, Bispo de Santos, isto significa, porque os senhores vão ter que se mexer diante disso, e pelo fato do governador do Estado ser o Ademar de Barros.

O MP e o poder executivo estavam fervendo o ambiente. Nós saímos. Não tinha para onde correr, nem pedir para ninguém. Aguardamos. Ficou um salve-se quem puder. Realmente, o vigésimo primeiro e o vigésimo segundo foram nomeados, e o terceiro e o décimo sexto foram excluídos, deixaram de ser

nomeados. Naquele tempo, o que era aprovado e não nomeado o procurador poderia nomear como interino, fazer uma nomeação provisória. O terceiro ficou tão indignado que nunca mais quis saber de MP na vida, e o décimo sexto, o doutor Mário me chamou e disse:

- o senhor é do interior então o senhor vai receber este moço, ele vai ficar estudando para reparar a injustiça que foi cometida contra ele, o senhor vai ficar com ele, não de serviço, ele só vai estudar. Era o doutor Disney Francisco Scornaienchi, grande amigo, colega, infelizmente já falecido, faleceu muito jovem. E assim começou a carreira.

Comarcas e Júri

Como substituto eu passei por Franca, Votuporanga, José Bonifácio, primeiro lugar onde trabalhei, onde foi o primeiro Júri.

APMP: Como foi?

Foi bem, as chances de condenação eram todas favoráveis. O réu era muito mal visto na cidade (cidade pequena) e a mulher era de uma família muito querida. Um crime passional típico. O júri não teve nenhum fato emocionante, afora a tragédia humana que é do Tribunal do Júri. O cidadão foi condenado a 14 anos de prisão. Foi uma coisa assim, para um jovem de 24 anos foi uma coisa traumática.

Daí eu me casei e assumi a minha primeira comarca que foi Altinópolis, na região de Ribeirão Preto, comarca boa, recém-criada, muito pouco serviço. A gente trabalhava um dia na comarca e os outros dias a gente substituía em Ribeirão Preto. Altinópolis é um lugar muito alto, 1.100 metros de altitude, e a gente descia nos 400 metros de Ribeirão Preto, aquela bacia pedregosa, o calor era horrível. Logo depois de tomar posse, começar a trabalhar, a minha mulher ficou grávida da minha primeira filha (a Vera que hoje é médica e professora da Unicamp) e estamos ali, fazendo pré-natal, aquela coisa toda. Quando, uma certa noite eu fui chamado por um delegado de polícia para dar uma mão para ele, era para ficar com

os dois filhos dele porque a mulher dele estava entrando em trabalho de parto. Minha mulher ficou com as crianças pequenas e eu fui com ele para o hospital. E vi uma das cenas mais horrorosas da minha vida: um parto natural, feito por uma freira (enfermeira) e por um médico que transpirava incompetência e não tinha sequer anestesia, então ele ficava com um chumaço gaze com clorofórmio e dizia para a parturiente (a Lourdes) respira, respira. Foi uma cena horrível. Eu disse: preciso sair daqui, ficar neste lugar não dá para ficar. A minha mulher tinha passado em concurso para professora do Estado, eu vim a São Paulo e procurei o meu examinador, Ronoel Carneiro, que era muito relacionado, atendia a gente muito bem, e acertamos uma possibilidade de eu ir para comarca de Agudos ou São Manuel. Porque entre as duas existia Lençóis Paulista, onde tinha uma vaga para o concurso dela ser aprovada. E aconteceu exatamente isto. Ela escolheu Lençóis Paulista e eu fui convocado para São Manuel, fiquei dois ou três dias, e depois fui para Agudos, onde me instalei e conheci um excelente médico que fez o parto da minha primeira filha, e que ficou amigo e padrinho da Bia, ainda é vivo. Então, fiquei em Agudos durante três anos, em condições muito dura de se trabalhar. O MP não tinha absolutamente nada: não tinha telefone, o material do próprio bolso, não tinha funcionário, nada. Era o promotor e Deus, ou, às vezes, o diabo. E lá em Agudos era complicado porque a cidade era dividida em duas correntes políticas. Havia um traumatismo muito recente que o principal advogado da cidade havia atirado contra o outro advogado, também importante na cidade, e que era o prefeito. Uma briga política. Isso acirrou os ânimos. Quando eu cheguei já tinha sido feito o julgamento, já foi absolvido duas vezes o que atirou, o júri era local, aquela pressão toda, eu cheguei com o fato consumado, mas com toda aquela situação de tensão na cidade. A vida era difícil, se nos íamos a um bar tomar café, nós tínhamos que ir ao outro tomar café, porque cada um era de uma corrente político, se a gente ia a uma reunião de um lado, tinha que ir no bar do outro lado, se a gente ia a uma reunião do Rotary, tinha que ir a do Lions. A cidade era dividida. Era muito difícil de trabalhar, de ter uma postura. Esse ambiente refletia muito na gente. Graças a Deus foi tudo muito tranquilo, teve uma eleição lá, eu acompanhei, no

papel de promotor eleitoral. Deu tudo certo. Tive uma vida muito boa lá. Lá nasceu a Bia, minha segunda filha, quando eu já tava praticamente de saída. Abriu o quarto cargo de promotor de Justiça de Bauru e eu fui removido para Bauru, onde fiquei por 11 anos. E o meu projeto era encerrar a carreira apor lá.

APMP: Neste bloco, vamos saber como foi a passagem do doutor na cidade de Bauru.

Fui convidado para lecionar na faculdade de direito, em 1972. Nessa época estava sendo discutido no Congresso Nacional o Novo antiprojeto do Código do Processo Civil, eu cheguei a manter um contato estreito com o professor Buzaide aqui em São Paulo, portanto, estava por dentro da estrutura do novo código de processo civil. Quando o presidente da República, o Médice, o Buzaide foi para o Ministério da Justiça. Oito meses de tramitação o Código de Processo Civil, o projeto Buzaide virou lei, entrou em vigor em 01 de janeiro de 1973. Eu já vinha com uma vantagem porque eu fiz um plebiscito para os meus alunos: o velho ou o novo? O novo ganhou desparadamente, sobre o seguinte argumento: - será que o autor do antiprojeto imortalizado com o projeto que virou lei vai não deixar que a lei entra em vigor (porque era muito comum, tinha um código penal que já estava aprovado e nunca entrou em vigor), mas o código de processo civil entrou em vigor. Eu continuei os meus estudos. Neste tempo, é importante frisar isso, a estrutura do MP nacional era extremamente precária. Numa das minhas andanças por ai, eu fui parar em Goiânia onde o procurador-geral de Justiça era dono de um cartório, de um tabelionato. Fui parar em Sergipe, também fazendo uma palestra, onde o corregedor-geral do MP era um cirurgião dentista. Para se ver como eram as coisas. Então, quando surgiu o novo código eu já dominava completamente a situação, e, já tinha uma experiência de MP que me permitia conhecer bem o que era o MP, principalmente dentro do novo Código de Processo Civil. Nesta época o MP era essencialmente criminal, não havia uma abertura do MP para o processo civil. E, nós tínhamos aqui em SP, com repercussão nacional, um prêmio chamado Costa e Silva, não era o presidente Costa e Silva, Costa e Silva foi um grande penalista aqui em SP, foi

professor, foi desembargador do TJ, então, a nossa associação (APMP) criou um prêmio nacional, com o nome Prêmio Jurista Costa e Silva. E no ano de 1974 eu concorri e o meu trabalho foi classificado em primeiro lugar, então, eu sou, honrosamente, titular do prêmio Costa e Silva. Não tinha significado financeiro, até hoje se entre na sala da minha casa tem lá um relógio carrilhão, mas, o valor histórico intelectual deste prêmio foi notável, me abriu muitas portas para o Brasil inteiro. Isso tudo me ajudou na carreira do magistério.

Agora eu vou voltar um pouco para falar do mês de junho de 1967. Neste mês de junho, logo nos primeiros dias, nós perdemos uma liderança, o doutor Mário de Moura Albuquerque faleceu, foi uma tragédia institucional. O MP não era nada, era tudo a partir dos seus líderes (Cesar Salgado, Mario Moura..) quando faleceu o Mario Moura abriu-se um vazio na vida de todo mundo. Então, conseguimos, a duríssimas penas, planejar a realização de uma missa de sétimo dia de primeiro mês de falecimento do doutor Mario Moura, e marcamos a missa para Bauru, reunimos lá sete colegas: Cândido Rangel Dinamarco, Paulo Salvador Frontini, Tomás Shintati, Julio Cesar Ribas, Antonio Visconti. Éramos dezessete que fizemos a missa e saímos para almoçar. Eu não pude ficar para o almoço, porque a minha primogênita tinha amanhecido com febre, mal fui à missa e voltei. E no almoço se deliberou que devíamos fazer com mais frequência aquela reunião para encontrar um rumo para as nossas carreiras, porque a situação era de precariedade total: -nós não tínhamos ambiente de trabalho, não tínhamos material de trabalho, a máquina de escrever era nossa, o papel era comprado por nós, a correspondência era encaminhada por nós com dinheiro próprio, e o Diário Oficial nós recebíamos a conta do TJ, para usar um telefone tinha que ir na sala do juiz, não tinha telefone. Quando o juiz era simpático amigo a situação era uma, quando era uma pessoa de trato difícil, à vida era muito precária. Então o Grupo Mario de Moura Albuquerque passou a discutir isso e mais coisas, porque aí veio a lume a situação política do país, to falando agora já quase na pré-vigência do ATO Institucional nº 5, e continuamos discutindo coisas extremamente importantes, como por exemplo, o papel do MP na ordem jurídica.

Em 1976, a minha obra que eu ganhei o premio Costa e Silva, chamava-se: As posições institucionais do MP no processo civil, ela virou um livro, editado pela Editora Saraiva, e, isso, deu para mim uma projeção muito grande. O livro foi um sucesso, os promotores começaram a entender que o MP não era um acusador penal, e que tinha mais coisas para se fazer. Por este caminho, praticamente eu fui o primeiro que doutrinei sobre a ação civil pública, que tentei explicar a intervenção do MP em favor do interesse público. Para se ter ideia, a história narra isso, tinha um processualista argentino que dizia que o MP nada mais era do que a quinta roda do carro, quer dizer, como qualquer carro roda com quarta rodas, então, o MP se sentia a quinta roda do carro, então, não tinha estrutura, não tinha receita, não tinha local de trabalho, não tinha nada, e tinha coisas para se fazer. Então, a gente sempre trabalhou nesta linha. Tivemos palestras clássicas, me lembro de uma palestra que foi feita em Capivari, doutor Paulo Tarso Barbosa Duarte, em que ele trabalhava com seguinte ideia na palestra: - o Ministério Público tem que dominar o fato que está sendo investigado, porque se o domínio de fato ficar com a policia, quando chega às mãos do MP, ali está a versão policial, que muitas vezes não é a versão real. Então, todas estas coisas vinham sendo discutidas, o domínio do fato, a perspectiva: o crime não dá mais, porque nós ficamos praticamente acusando, condenando pessoas humildes, marginalizados da sociedade, e nem se falava em crime de colarinho branco, nada se falava da grande criminalidade. O nosso Código Penal da época, que está em vigor até hoje, é um código basicamente patrimonialista, ele protegia o patrimônio, os costumes, da forma deplorável possível, e tinha os crimes peculatos. Por exemplo, o prefeito podia fazer a bandalheira que quisesse, mas não tínhamos como chegar, acusá-los de nenhum crime. Então, a frustração profissional era muito grande. E, essa tragédia penal marcava o promotor. Nós éramos, na carreira, eram 32 procuradores e praticamente cerca de 180 promotores, uma estrutura muito pequena, pequena e extremamente angustiada. Para se ter uma ideia, a honra das famílias estava na virgindade das donzelas da família. Uma donzela que perdesse a virgindade

fora do casamento, o destino dela era trágico, porque ela era expulsada de casa, o pai tinha que preservar a honra da família. E para onde ia essa jovem expulsada de casa, e muitas vezes com filho na barriga? Essa tragédia se repetia com uma violência terrível. Iam para os bordéis, tornavam presas fáceis dos bordéis, de vidas paralelas, nasciam as crianças e sabe Deus para onde elas mandavam. O crime era o crime de sedução, que em boa hora a reforma recente acabou com o crime de sedução, que era terrível. O crime dizia: manter conjunção carnal com mulher virgem maior de 14 e menor de 18 anos abusando da sua inexperiência ou justificava confiança. Então, o sedutor era alguém que chegava com lábia, com conversa, se inseria no namoro, e, depois que ele conseguia o intento se afastava, e a família estava desonrada. As soluções geralmente eram duas: ou a donzela era expulsada de casa, ou fazia-se um casamento formal, acabou a cerimônia, a noiva de um lado a noiva do outro. Então, tudo isso, para um órgão de acusação, marcava muito. A audiência num crime de sedução era terrível. Porque o ato sexual se opera entre quatro paredes ou em um matinho, não tem testemunha, o réu nega e a vítima diz-foi ele. Então, ouvir a vítima era importantíssimo, agora, imagine as perguntas delicadas que se tinha que fazer para as vítimas. A sala enchia de curiosos, estudantes de direito, público, para ouvir a coitada da moça. Geralmente a família dela não acompanhava, estava desonrada. Então, ia a coitadinha da moça, aquelas perguntas delicadas, era muito duro. Eu me lembro de um caso pitoresco, fazendo uma audiência desta, e, tinha uma testemunha ocular, coisa rara, sala cheia, e o juiz era um jovem, nascido, criado e formado em SP, tinha acabado de ir para o interior. E fui ouvir a vítima, acabou entrou a testemunha, uma velhinha: - o que a senhora viu? Senhora: Eu vi tudo. Mas o que q senhora viu, conta para nós. - Senhora: - eu tava parada lavando roupa e vi que a moça passou, achei esquisito, falei - ela foi desaguar atrás da bananeira. O juiz: fazer o quê? Senhora: fazer xixi. E esse homem passou, eu falei, ele não foi desaguar, tem alguma coisa, aí eu fui olhar e vi. Juiz- o que a senhora viu? Senhora- eu vi tudo. Juiz:- conte tudo direitinho como foi, o que a senhora viu. Ela olhou para a plateia e disse: Senhora: - hominho curioso.

Então, era esse clima, que tem esse lado jocoso ao mesmo tempo, que gerava um quadro de insatisfação muito grande.

APMP: Por um lado a cidade inteira contra a menina, e o promotor de justiça acusando o autor daquilo.

O papel dele era este, triste papel. Ver uma moça naquela situação passar por uma frustração ou uma carga emocional terrível de contar as coisas em uma audiência judiava muito do promotor, talvez mais que a vítima. Isso tudo frustrava muita gente. Então, entra uma parte muito pessoal, eu achei que tinha que ir para outro rumo. A gente discutia muito essa coisa toda. Até que um dia eu me senti pronto. São coisas que a gente fala: que o burro passa andando, às vezes se monta num burro arreado, às vezes não. Um colega meu de Ourinhos me procurou e disse: Nós vamos para Ourinhos inaugurar um novo grupo de estudo, e queríamos que você fizesse a palestra inaugural. Marcamos o dia 22 de junho de 1980. E, eu era leitor assíduo do Estadão, quando vejo no jornal, surgiu uma polêmica, terrível: Ourinhos se trava na barranca do Rio Paranapanema, que era, e até hoje é, o rio menos poluído do Estado de SP. E, o grupo Estadão vivia na dependência do papel de imprensa estrangeiro, então o grupo pretendia implantar uma fábrica de papel de imprensa e escolheu a região do Vale do Paranapanema, nas proximidades de Ourinhos. Então, começou um movimento da comunidade e um movimento do Estadão em defesa. O presidente deste grupo aparecia na televisão, apanhava um copo de água do Paranapanema e bebia, para mostrar que não tinha nada. E a comunidade revoltada. Então, foi neste clima que eu fui dar palestra. O nome da palestra, muito especial, chama-se: A Tutela Judicial dos Interesses Difusos e o Papel do MP como operador Social. Nesta palestra, quando eu cheguei, estava lá a rede Globo e, a sala do júri cheia, todo mundo dizia: - ó, o promotor vai falar. E no fundo eu sabia que eu tinha muito para propor e nada de concreto para oferecer. Fiz a palestra mostrando muito bem a contradição, num órgão completamente manietado, que tinha uma terrível missão para cumprir, já tinha poderes dados pelo Código de Processo Civil, a Ação Civil Pública, mas ele não tinha meios de atuar por falta de direito material e disposições de lei que

pudessem fazer isso, e, também não adiantavam leis para proteger o meio ambiente, se o MP não tivesse o veículo para fazer. Ai eu propus (22/07/1980) que se instituísse o inquérito civil, do qual eu sou o pai [pago um preço altíssimo por isso]. Estas coisas que a gente vê para mostrar o quanto foi importante na vida do MP, da na minha própria vida, esta busca desesperada por encontrar um caminho que tirasse o promotor do ambiente penal e levasse para o ambiente civil, onde estavam as grandes questões da sociedade: o meio ambiente, os valores patrimoniais, a tutela do crédito, coisas importantíssimas que corria solto sem ninguém para apurar e investigar. Ai tem um ponto curioso: eu não tenho a verdade por inteiro, eu tenho a meia verdade, eu vou contar a meia verdade, como a verdade não é por inteira eu não vou dar os nomes aos bois. Quando assumiu o governo Montoro, as diretas já já tinham sido rejeitadas, e o Franco Montoro ganhou a eleição para ser governador de São Paulo, então, se respirou aqui em SP, um bom momento, principalmente pelo MP, porque, anteriormente ao Franco Montoro, o governador foi Paulo Salim Maluf, muito conhecido até hoje, e, ele, percebendo que alguma coisa de muito ruim, podia acontecer com ele quando terminasse o mandato de governador, ele abandonou o mandato, renunciou, para ser candidato a deputado federal, desincompatibilizou, e, assumiu o governo do Estado José Maria Marin, que está vivo até hoje, presidente da CBF, e, o Marin, é um amissíssimo irmão, unha e carne, do doutor João Severino de Oliveira Perez, que era o procurador-geral de Justiça. Neste momento surgiu a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público resolvendo setenta por cento das nossas angústias estruturais, já passamos a ser uma instituição do Estado, passamos a ter condições mais claras, as carreiras bem estruturadas, veja bem, eu passei toda a minha carreira sem ter um funcionário e sem ter patrão, ninguém mandava em mim e, eu não mandava em ninguém, em termos de carreira era uma maravilha. Nós vivíamos este bom momento com a Lei Orgânica, entrou o Franco Montoro e a gente sabia que os dias da reconstitucionalização do país estavam contatos. Entrou o Montoro e eu quis dar uma contribuição, e preparei uma carta para o Secretário da Justiça de SP, José Carlos Dias, expondo a

necessidade e a conveniência de instituir no Estado de SP, um ombudsman, escandinavo, defensor do povo, aquele agente do Estado geralmente vinculado ao parlamento, que percebe insuficiências e irregularidades no serviço público. Preparei uma exposição dos motivos, um texto do antiprojeto, e mandei para ao Secretário da Justiça, com cópia para o meu procurador-geral de Justiça. Passados alguns meses, numa posse de fim de ano, eu encontro com o Secretário da Justiça José Carlos Dias, e perguntei sobre a carta enviada no começo do governo. Dias- eu não recebi. –mas eu mandei lá, pessoalmente, protocolei na Secretaria da Justiça. Dias- Eu vou ver. Passou uns dias e um assessor do secretário me procurou dizendo que o secretário queira falar comigo. Fui lá. Acharam a carta e ela estava com carimbo, completamente parada. Disseram que era uma ideia de um promotor maluco. Este mesmo texto acabou indo parar no Paraná. Uma delegação do MPSP foi à Curitiba discutir o projeto de MP para a ordem constitucional nova, para a CF de 1988. O MP queria, através de um documento, que se chamou a carta de Curitiba. Se pegar a carta de Curitiba e a minha proposta, até o palavrório é o mesmo, que está no artigo 129, inciso 2º da Constituição. Dirão uns, pelas artes do demônio, eu acho que é pelas graças de Deus, que ampliou a atuação do MP, nós saímos definitivamente do crime e entramos no nível. Hoje em dia, a tutela do idoso, a tutela dos menores, todo serviço que é feito hoje, tem este caminho e este fundamento constitucional, tudo isso é muito gratificante. Claro que isto dá um remorso, quando a gente vê o grau de criminalidade que assola por ai. A polícia perdeu completamente o enfoque, o MP trabalha sempre em cima do leite derramado. Eu me sinto até, de certo modo, desconfortável e devedor de ter levado a coisa por outro lado e abandonado este lado. Claro que eu justifico: eu fiquei tão traumatizado pela minha incompetência, pela minha inoperância do lado de cá, que eu fui do lado de lá. Tentei consertar, fiz uma palestra muito oportuna aqui em SP, no grupo de estudo da capital, levado pelo Hugo Mazzilli, sobre o MP e o crime organizado, talvez, se aquelas ideias postas naquela palestra, isso foi em 1987, fossem postas em praticas, talvez hoje a realidade fosse um pouquinho diferente.

APMP: Agora no terceiro bloco o doutor vai nos contar como foi a experiência na segunda instância no MPSP

No meu projeto de carreira a tendência era encerrar a carreira no interior, não vir para a capital, mas, as coisas foram mudando. Dois colegas históricos que trabalharam comigo, doutor Damásio e doutor Iray, vieram pra São Paulo e, acabei criando um pouco de coragem e vim também, mas vim com muito medo, porque eu tinha em Bauru o meu ambiente, o meu magistério, as coisas arrumadas, a família acomodada, então eu conversei com o PGJ, que era o doutor João Severino de Oliveira Perez, e ele imediatamente concordou que eu viesse convocado para alguma experiência. Desde logo, me designou para trabalhar num lugar extremamente agradável, que era a curadoria de mandado de segurança e ação popular, onde encontrei excelentes colegas e, onde se tinha um posto de trabalho muito interessante. Era um setor que mexia com número muito grande de questões jurídicas que escapavam da rotina do MP, era um ambiente propício a quem tinha vocação de estudo, tendência a investigar mais as coisas, foi uma experiência muito agradável, tanto que três meses depois da minha convocação a primeira vaga eu me inscrevi e, fui promovido para a 61ª promotoria de Justiça. Continuei trabalhando lá na procuradoria de mandado de segurança, até que finalmente chegou a minha vez, e fui elevado ao cargo de procurador de Justiça. Tão logo tomei posse, na primeira eleição, eu fui eleito para o Órgão Especial, dei um ano de contribuição lá, e antes do vencimento do meu mandato, eu já me candidatei, e fui eleito para o Conselho Superior do Ministério Público. Na sequência me aposentei.

APMP: Quanto tempo o senhor ficou?

Fiquei em segunda instância três anos e meio, no máximo.

APMP: Já tinha dado o tempo ou o senhor que quis sair?

Podia continuar. Tenho aqui, uma palestra muito interessante que foi feita na década de 80, por instigação doutor Dante Busani, ele me inspirou e me cobrou, que tratasse da simetria ou assimetria do MP nas duas instâncias, saber se, o que o promotor faz é a mesma coisa que o procurador faz, perante claro, organismos diferentes, ou se a função do procurador é diferente da promoção do promotor. Neste estudo, conclui que não deve existir simetria, o papel do procurador é outro, e, digo isso para dizer o seguinte: Por que achei que devia me aposentar? Porque, primeiro: a minha contribuição para o MP já achei que tinha sido dada, eu tenho um espírito irrequieto e queria partir para outras coisas, e ao mesmo tempo, também sou muito franco em dizer, me frustrava muito a atividade do procurador de Justiça. Este trabalho opinativo de parecerista é extremamente desgastante, e a gente perde o elanco, perde o sentido das coisas. É diferente um promotor que oferece uma ação, que acompanha produção de prova, que recebe o processo e faz as alegações finais, que toma conhecimento de uma sentença, e que usa o seu poder de tirar o processo das mãos do juiz e remeter para o tribunal, através do recurso, isso é um poder imenso que o promotor tem. E, quando chega na procuradoria a coisa toda se resume na frieza de receber um processo, dar um parecer sobre legalidade, sobre o espírito de justiça, e, acabou. Tentei trabalhar com as câmaras, na época era completamente inviável, colocar um procurador em cada câmara, não havia como. Me chateeí com a segunda instância e resolvi partir para outra. Mesmo assim, foi

muito interessante e muito produtiva a minha passagem também pela segunda instância. Uma vez, o procurador-geral, doutor Frontini, pediu a mim ao Geraldo Tubite e Bisculim, que preparasse um estudo sobre o ciclo de adaptação dos novos promotores na carreira, fizemos o estudo, muita reunião, muito trabalho, de certo modo, este estudo é até um precursor do que vem a ser a Escola Paulista do MP. Foi um momento muito gratificante a oportunidade de participar disso. No Órgão Especial, também tivemos uma atuação muito marcada. A minha comissão, que era de assuntos institucionais, era presidida pelo doutor Arthur Cógam, uma excelente figura humana, e procurador de Justiça maravilhoso. No CSMP, trabalhei com grandes colegas: Manuel Burle Filho, que depois foi procurador-geral, Cássio Juvenal faria, Ericson Maranhão, Luiz Carlos Galvão de Barros, Antonio Araldo, que era o procurador, Luiz Antonio de Godoy, hoje desembargador, um grupo muito bom, muito unida. Mas ainda com uma visão do MP ainda completamente desarrumado em relação ao que existe hoje. Para se ter uma ideia, toda a procuradoria funcionava no oitavo andar do Fórum João Mendes Junior, e hoje em dia nós temos este prédio inteiro na Rua Riachuelo, que foi a sede da mais importante da secretaria do governo, que era a secretaria dos Transportes. Isso tudo eu conto para mostrar que voltando à época da minha posse até hoje o MP mudou completamente, aquilo que era, a gente sentia que era uma instituição, mas uma instituição desfocada dos interesses da sociedade, hoje ela encontrou o seu foco. Hoje, o MP é instituição e é muito bem focada para servir a sociedade. Isso tudo foi muito importante e muito gratificante a gente ter participado disso. E aqui, ter oportunidade de passar este testemunho, basicamente uma síntese de carreira.

APMP: Muito obrigada.

Esta entrevista foi gravada nos estúdios da Associação Paulista do Ministério Público e transcrita para o livro Memórias dos Aposentados, livro editado pela APMP, gestão 2013-2014.